

ARTEFATOS DE PALHA NA FEIRA DE SÃO JOAQUIM

Lucas Barreto de Souza

INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende lançar um novo olhar sobre a etapa de circulação dos artefatos, a partir de uma releitura/reescrita de alguns pontos da minha própria dissertação de mestrado intitulada *A Vida dos artefatos: arte/artesinato de palha na Feira de São Joaquim, Salvador, Bahia* (2020). Os artefatos de palha que circulam por aquela feira estão imersos em processos de interação social, enredados por uma teia de relações, nas quais exercem seu poder de agência, influenciam ações humanas, enquanto são receptáculos dos efeitos dessas ações. Os artefatos de palha perpassam espaços diversificados da feira, sendo o principal local de concentração o setor de artesanato e cerâmica.

Essa relevância da palha, enquanto material específico, no contexto da feira, foi colocada como justificativa para o recorte temático daquela

dissertação de mestrado. Sua realização decorre das características e da importância que tem o contexto da feira, da relação com o próprio campo e dos desdobramentos desse processo, que envolve pesquisador, campo e pesquisa. Anteriormente, um estudo havia sido realizado nos setores de artigos religiosos, potências – em termos econômicos, socio-culturais, artísticos – reconhecidas no âmbito da feira; em seguida, o enfoque passou a ser a palha, que, por outro lado, é um material que perpassa os setores de artigos religiosos assim como a feira de modo amplo, além de ter um setor em que predomina, ao lado do barro – o setor de artesanato e cerâmica. Outros materiais, notavelmente, constituem o arcabouço geral dos objetos que povoam a feira; madeira, metais, vidro, porém a palha, assim como o barro da cerâmica, predomina, no setor de artesanato, de maneira tal que os outros materiais não predominam em nenhum setor específico.

A partir dessas observações, a narração analítica de um roteiro, uma caminhada feita pela feira, com ênfase no artesanato de palha, e no setor correspondente, será o fio condutor deste texto. Antes disso, porém, apontarei alguns dados, geográficos, estatísticos e históricos, sobre a Feira de São Joaquim (frequentemente referida como Água de Meninos), e sobre a cidade na qual está localizada, Salvador, na Bahia. No trato da história da feira, serão feitas tanto considerações sobre um passado um pouco mais longínquo, quanto sobre transformações mais recentes, atualizando, desse modo, a etnografia realizada em função da pesquisa de mestrado.

SOBRE A FEIRA E A ÁREA EM QUE ESTÁ SITUADA NA CIDADE DE SALVADOR

Figura 1 – Vista parcial da Cidade Baixa, em Salvador



Fonte: produzida pelo autor.

A extensão territorial da feira está estimada entre 35 e 38 mil metros quadrados. Ela está localizada na Avenida Engenheiro Oscar Pontes, na enseada de São Joaquim, entre o cais e a estação do *ferry-boat*, na Cidade Baixa, em Salvador. Segundo estimativa do Sindicato dos Feirantes (Sindifeira)¹, esse espaço é frequentado por cerca de 20 a 30 mil pessoas diariamente. Em torno de 5 mil feirantes “fixos”, e outros 2 mil “circulantes”, compõem o quadro geral de trabalhadores nesse contexto, o que totaliza algo entre 7 e 7,5 mil trabalhadores. Desse universo, aproximadamente 75% têm mais de 50 anos de idade, 80% são negros (pretos e pardos), 20% são mulheres, 80% são homens – alto percentual do sexo masculino e de idosos². São categorias êmicas “trabalhadores fixos” e “trabalhadores circulantes”: a primeira abrange os feirantes que atuam em estruturas

1 As informações foram obtidas em 27 de janeiro de 2017, em conversa com Marcílio Costa então presidente do sindicato dos feirantes, e proprietário da loja Preto Velho. Há que se considerar flutuações diversas, ao longo de um ano e ao longo dos anos.

2 Dados do Sindicato dos Feirantes (Sindifeira), em 27 de janeiro de 2017.

de concreto, boxes, bancas e barracas, incluindo bares, restaurantes e a peixaria, e as chamadas “pedras”; a segunda engloba o grupo responsável pela limpeza, os “carrinhos” (carregadores) e os vendedores ambulantes, entre outros que não trabalham em estruturas fixas.

BREVÍSSIMO HISTÓRICO DA FEIRA

Novaes (2019) destaca o importante aspecto da “historicidade das feiras”, referindo-se a uma “sequência temporal de formação” e às configurações diversas disso decorrentes. Antecedeu a Feira de São Joaquim, a Feira dos 7, na década de 1930, instalada junto ao Galpão 7 da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), na Cidade Baixa. Ali, formava-se uma aglomeração de feirantes vindos de diversas cidades do recôncavo baiano; era o tempo dos saveiros (os barcos à vela). O trânsito e a mobilidade urbana sentiam neles refletidos os impactos do inchaço da feira naquela localização; isso provocou uma mudança de área para a região de Água de Meninos. Seria oriundo da fonte d’água, na qual meninos se banhavam, o nome da feira. Naquele tempo, sem água canalizada, havia dificuldades no abastecimento público de água.

Na década de 1960, como significativa concorrente pelo espaço, a Shell do Brasil mantinha um depósito de combustível naquela mesma área. Ocorreu, em 1964, um grave incêndio (e não o único), de largas proporções. Nesse período, a feira crescia considerável e descontroladamente. Esse incêndio resultou em grandes prejuízos. Esse primeiro, no dia 5 de setembro, foi ocasionado pela exalação de gases provenientes dos tanques de combustíveis da Shell e de outra empresa, a Esso, o que teria gerado a combustão. Era comum que feirantes guardassem suas economias em caixotes e caixões, dentro dos seus próprios estabelecimentos, principalmente devido às dificuldades de acesso aos bancos. Os feirantes suspeitam de que o incêndio fora criminoso, provocado por interesses políticos e financeiros. A assim chamada Feira de Água de Meninos, herdeira e continuação da Feira do 7, surgiu desse modo, após a relocação e reconfiguração por que passou esta última. Houve, então, uma transferência da feira de Água de Meninos para São Joaquim

e, assim, uma conjunção (superposição) de diversos aspectos, de ordens material, imaterial, palpáveis ou não, físicos e simbólicos.

A maior parte das barracas não destruídas no incêndio anterior foi destruída por um segundo incêndio, no mesmo ano. A responsabilidade foi atribuída às dívidas de um feirante, que teria ateado fogo a ela, entretanto, nada foi comprovado nesse sentido. No ano posterior, os feirantes foram relocados e, apenas 20 anos depois, saíram indenizações. Versões de feirantes afirmam que o vazamento de óleo para o sistema de escoamento, as “bocas de lobo”, foi intencional, premeditado, criminoso, com vistas a atingir a feira, numa tentativa de removê-la do concorrido espaço.

Figura 2 – Vista parcial do Porto de Salvador, a partir da Feira de São Joaquim



Fonte: produzida pelo autor.

Nesta outra parte, junto ao acesso à estação da barca férrea, no extremo oposto ao cais, no outro limite lateral do espaço da feira, funcionou provisoriamente – durante o período da primeira etapa da revitalização da feira – o Galpão Água de Meninos – que detalharemos mais a frente. Além desse galpão, que foi demolido para ceder espaço a um grande estacionamento para táxis, há um imenso miolo, com ruas pavimentadas, asfaltadas ou parcialmente cimentadas, ruas de terra ao fundo, onde se forma um lamaçal em dias chuvosos, incontáveis passagens estreitas difíceis de serem mentalmente mapeadas por dentro da feira – se perder ali não é difícil; pequenos largos, muitas barracas de madeira, estruturas de cimento, bares, bancas, boemia diurna, música, chacota, entretenimento, mas, sobretudo, trabalho. A feira fica aberta das 5h às 17h, diariamente; aos domingos, lojas começam a fechar por volta do meio-dia, a ala de serviços permanece aberta. Ao longo desse período, muitas lojas funcionam do primeiro ao último minuto, resguardado o tempo para arrumação que antecede a abertura; jornadas de 10 a 12 horas diárias não são incomuns. O contingente de trabalhadores é imenso; o de frequentadores, idem. Nesse contexto, os artefatos de palha, tais como outros tipos de artesanato, compostos por materiais diversificados na feira, estão situados numa intersecção entre objetos religiosos – em setores de artigos religiosos – e boxes voltados a artesanatos em geral, em setores à parte dos de artigos religiosos, especialmente na Rua da Cerâmica e adjacências, trecho no qual culminam as observações feitas em função deste trabalho.

O GALPÃO PROVISÓRIO

Em 2015, a área ao lado da entrada para a estação de *ferry-boat* abrigava um galpão da Codeba, cedido provisoriamente para uso dos feirantes. Essa construção foi, posteriormente, desmanchada. Nesta seção, rememoro processos pelos quais passou e as etapas da reforma, e atualizo a situação estrutural do novo Galpão Água de Meninos, construído na mesma área.

Há um pátio acessível por meio desse portão pelo qual entram caminhões transportando mercadorias a serem descarregadas.

Estava em andamento, naquele período, uma reestruturação da feira, o que motivou uma realocação provisória dos feirantes que trabalhavam próximo ao cais para o Galpão Água de Meninos, que passou por mais duas etapas: foi estacionamento para táxis que serviam à demanda da barca férrea e, depois, uma nova estrutura foi erigida ali, assim como na parte mais próxima ao cais. Abrigou barracas, boxes, lojas e bares; comportou estabelecimentos voltados à comercialização de utensílios domésticos (utilidades do lar) e variedades; bares e restaurantes, a peixaria e boxes voltados para os artigos religiosos, na parte central do galpão. A estrutura interna era constituída de dois corredores principais e passagens transversais, sendo três fileiras principais, descontínuas, de boxes, por conta das passagens transversais. Voltadas para fora da estrutura, lojas de artigos religiosos, outras com oferta de animais vivos, outras de flores.

Os atrasos na realização das obras e deslocamentos dos feirantes realocados gerou insatisfação geral nos trabalhadores. Marcílio, proprietário da Casa Preto Velho, que, à época, presidia o Sindifeira, revelou, em depoimento à série *Arquiteturas: Feira de São Joaquim, Bahia* (2016), que os trabalhadores foram transferidos de área com um cronograma, segundo o qual a previsão de retorno ao espaço anterior, já reestruturado, era de um período de seis a oito meses e que estavam, porém, no momento da entrevista, havia três anos e meio, mas nem a primeira etapa houvera sido concluída, o que ocasionou significativos prejuízos. De acordo com ele, o espaço não estava evoluindo comercialmente, ao longo daquele período. Alguns trabalhadores, inclusive, teriam deixados os boxes e partido para outras atividades, fora da feira, entre as quais, comércio ambulante, transporte privado, enquanto outros alugaram seus boxes. Ocorriam intervenções artísticas. Trabalhos de grafiteiros, muralistas e pichadores eram observáveis nas paredes – e, atualmente, o são, em outras partes da feira, em fachadas de lojas e boxes, muros nas vielas, portas metálicas.

Figura 3 – Placa de sinalização do novo Galpão Água de Meninos



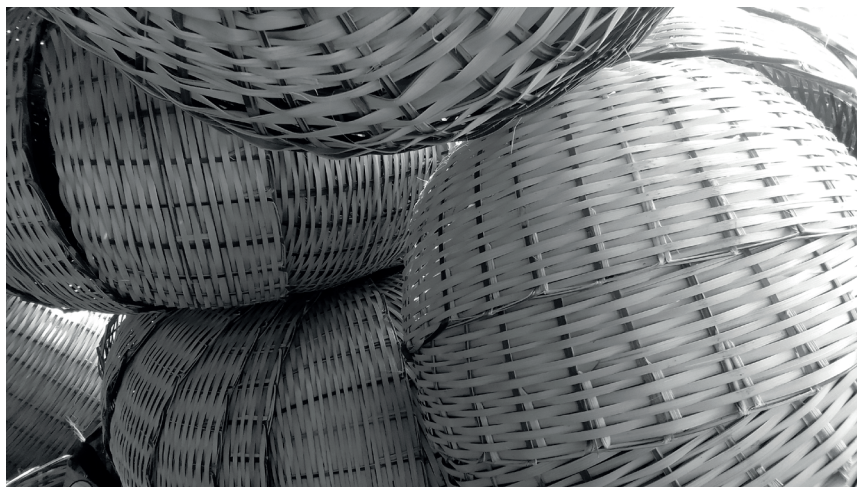
Fonte: produzida pelo autor.

Fato significativo na recente história da feira, a desativação e desocupação do galpão ocorreu em 2016. Em 2019, foi demolido. Em 2020, a área foi totalmente isolada por um muro, o que transfigurou a paisagem, além de interromper um acesso lateral ao local, junto a um dos estacionamentos destinados a carga e descarga – em um largo onde funcionava, naquele momento, a sede do sindicato – que ligava aquele espaço à parte mais central da feira. Provisoriamente, funcionou ali de 2011 a 2015. A Nova Feira de São Joaquim teve a primeira etapa concluída e inaugurada em 2016. Em 2023, foram concluídas as obras do novo prédio, erguido onde anteriormente funcionara (na estrutura do Galpão 7 da Codeba), o Galpão Água de Meninos (provisório), e um estacionamento para táxis, com o acesso voltado para o lado da estação de *ferry-boat*, portanto, modificado. Essa configuração foi outra vez alterada, com os acessos tornando a estar posicionados nos mesmos lugares de antes.

Feita esta contextualização histórica, em diferentes escalas, do início da história da feira, ou desde onde encontramos pistas sobre as etapas iniciais do seu processo de formação, até as recentes transformações estruturais no espaço, que reconfiguraram a paisagem, proponho, na seção a seguir, adentrar a temática do artesanato de palha propriamente, central na pesquisa que culmina na dissertação de mestrado mencionada, por meio de descrições analíticas minuciosas (do setor de artesanato e do entorno), algumas reflexões teóricas, considerações sobre o caráter biodegradável da palha e a importância estratégica disso, a nível ambiental.

ARTESANATO NA FEIRA: O BOSQUE DA PALHA E A DISPOSIÇÃO DOS ARTEFATOS NO ESPAÇO

Figura 4 – Prateleiras de loja de artesanato na fachada frontal da Feira de São Joaquim



Fonte: produzida pelo autor.

Em um momento de inspiração, conversando com interlocutores de uma das lojas de artesanato que mais frequentei, observei, fotografei e, contrariando a tendência de utilizar termos êmicos naquela pesquisa, mencionei que um trecho específico do setor de artesanato se parecia com

um bosque, por causa da maneira como estavam dispostos/arranjados os artefatos: formando molduras, com objetos encadeados, empilhados, agrupados, às laterais, no alto, em série, formando galerias – algo semelhante a uma instalação artística expositiva. A partir de então, passei a me referir àquele espaço como “bosque da palha”.

Figura 5 – Loja de arte/artesanato na Feira de São Joaquim, Salvador



Fonte: produzida pelo autor.

Para chegar ao “bosque da palha”, em pesquisa de campo, percorri um caminho iniciado em uma rua lateral, de acesso a um dos estacionamentos, na qual está situada a loja Pita Artesanatos, que mostra uma particularidade: a loja conta com produção de arte indígena pataxó, do sul do estado da Bahia. Essa loja possui um acesso a outras lojas, pelo fundo, onde há

um pequeno corredor. Balaies, bolsas e luminárias ficam em destaque, entre os demais artigos. Boxes de hortifrúti envolvem as lojas de artesanato, nesse trecho do percurso – elas estão fora, embora próximas, do setor de artesanato. Segundo Pita, no período junino, a procura pelos artefatos de palha é maior; no mês de março, por outro lado, essa procura cai consideravelmente.

Para o lado esquerdo, chega-se ao box São Roque, que antecede à loja André artesanato e beira a Rua da Cerâmica. Aquele é um ponto de interseção, onde convergem as incidências da cerâmica e do artesanato, do barro e da palha, enquanto materiais básicos na composição dos produtos comercializados. Precisamente aí, está situado o “bosque da palha”, um universo restrito, em que artefatos produzidos, a partir desse material, estão, marcadamente, ao redor, “formando arcos, em corredores laterais, em escadas de metal presas a paredes de corredores, à esquerda, por cima e à direita”, faz-se ali uma imersão num microambiente constituído por artefatos feitos com palhas e cipós.

Esta pequena área que estamos a apelidar por “bosque da palha” está configurada por duas das maiores lojas do setor de artesanato: Nau Artesanato e Ademário do Artesanato, a primeira com produtos armazenados em ambiente “interno” e “externo”, em estrutura metálica, frente à entrada da loja, onde diversos produtos estão dispostos, parcialmente acessíveis aos clientes – em certos casos, é preciso solicitar o atendimento, para que um funcionário pegue a(s) peça(s) indicada(s) – predominam artefatos de palha. Já os produtos apresentados por Ademário do Artesanato ficam todos em ambiente externo, um pouco adiante no mesmo roteiro, em estantes ou estocadas em um corredor perpendicular, ao lado esquerdo. Segue-se a essa loja Edson da Palha.

Nesse ponto, ocorre uma visível transição entre setores, sendo ali uma “zona mista”: artesanato de palha e “produtos baianos”. Mais à frente, outra transição, com lojas de artigos religiosos, na mesma altura da banca de sr. Sandoval (cuja biografia apresento na dissertação), perto de onde também trabalha o sr. Chico (vendedor circulante que comercializa folhas de bananeira medidas e cortadas) e o Palácio de Oxóssi. Depois, predominam os artigos religiosos, embora sejam comportados também utensílios do lar e de uso geral. Destaque para os estímulos olfativos e a variabilidade aromática,

proporcionados pelas ervas, folhas, incensos, nas sacadas e vitrines das lojas e bancas de artigos religiosos. Uma série de bancas, postas lado a lado, na parte central da rua/do corredor, divide aquela parte da feira em dois lados, formando três ou quatro frentes (em alguns casos, fica o fundo das barracas para um dos lados) – esta é a Rua das Folhas ou Rua do Muro do Exército.

Peças artesanais produzidas exclusivamente com palhas, assim como outras peças, compostas por materiais diversificados, estão situadas na interseção entre um dos setores de artigos religiosos e o setor de artesanato e cerâmica, na Rua da Cerâmica e adjacências. Talvez possamos considerar que os artefatos que apresentam qualidades decorativas/contemplativas sejam tomados como obras de artes, incluindo a produção indígena pataxó, presente na loja Pita Artesanato. Apesar disso, chamamos atenção para a ideia da indiferenciação entre arte e artesanato, notada na cosmovisão ameríndia amazônica, conforme apontado por Lagrou (2010)³.

Características funcionais/utilitárias e contemplativas compõem objetos artísticos/artesanais, simultaneamente, na concepção dos ameríndios amazônicos. Isso é o que quer dizer indiferenciação entre arte e artesanato, na cosmovisão daqueles grupos. No caso dos feirantes, considera-se que haja uma dicotomia, nesse sentido: algumas peças seriam essencialmente contemplativas, outras teriam funcionalidades específicas, de modo que, ainda que tenham refinamento artístico, não seriam exatamente tomadas como obras de arte⁴.

Alguns pontos referenciais são, aqui, agrupados, com a finalidade de compreender o momento de circulação na vida social dessa coisa, objeto-ser, artefato⁵, em circulação na Feira de São Joaquim. No sistema teórico apresentado por Arjun Appadurai (2008), os artefatos passariam por uma fase de candidatura a mercadoria, após a qual se tornam mercadorias de

3 A produção de arte pataxó não se insere no conjunto de grupos ameríndios amazônicos, mas, para fins analíticos, aproximamos o aporte teórico e os dados oferecidos pela autora, por meio dos resultados de sua pesquisa, para tecermos reflexões em um campo mais amplo da produção indígena de arte.

4 Essa ideia foi expressa, entretanto, por um feirante não artista, o que deve ser ponderado, antes de qualquer determinação quanto a uma unanimidade sobre a questão.

5 Abordando os sistemas apresentados por Ingold (2012), Latour (2012), Gell (1998, 2001) e Strathern (2014), respectivamente, na colocação dos termos “coisa”, “objeto-ser”, “artefato”, mediadores de ações/ relações humanas, em redes.

fato. Aproximando-nos dos estudos de Els Lagrou (2010), e apropriando-nos das suas considerações sobre significado e agência nas artes indígenas, estaríamos tratando de obras de arte (arte/artesanato) à venda, não expostas em um museu, mas à venda numa feira. De uma perspectiva maussiana, a coisa adentra o espaço da circulação e da troca; entretanto, no caso do estudo na feira, não são dádivas as peças.

Nesse conjunto de teorias referenciais, perguntas propostas por Igor Kopytoff (2008), autor debatido por Appadurai, pensando a partir de uma perspectiva biográfica cultural para coisas, importam afinal para entender as biografias das coisas. Fazemos algumas perguntas semelhantes às que fazemos às pessoas, porém, direcionadas às coisas: quais as possibilidades biográficas inerentes ao *status*, ao tempo/época, e se, e como, tais possibilidades se concretizam? Quais as suas origens e quem as fabricou? Quais carreiras são consideradas ideais para esse tipo de coisas? Quais fases da vida social de uma coisa podem ser reconhecidas? E quanto aos mercados culturais para elas? Com o passar do tempo, os usos de uma coisa se modificam? O que ocorre quando chega ao fim a sua utilidade? (Appadurai, 2008).

Contextualizando, consentimos que estamos a tratar, nesse caso, de mercadorias. O lugar de pesquisa é uma feira, local de trocas, não apenas comerciais, mas também simbólicas. Difícil seria não reconhecer, entretanto, que as motivações principais (ou iniciais) sejam, assim pensamos, de ordem econômica. A circulação de insumos, produtos, entre eles, os artefatos de palha, clientes, fregueses, consumidores, dá-se em uma dimensão econômica e, junto a isso, desdobram-se outros campos, simbólicos, imateriais, no nível das interações na própria feira. E isto demanda apuração e reconhecimento de que os modos de produção, sobretudo os modos artesanais, conduzem a um campo reflexivo sobre patrimonialização dos saberes populares que possibilitam a confecção daquele tipo de produto, que confere à feira certas características, tais como a presença de materiais como a palha – o que não é uma exclusividade da Feira de São Joaquim – tanto em uso, por toda a feira, compondo itens diversos, quanto à venda.

Assim, a reflexão está situada numa esfera na qual os aspectos econômicos ganham relevo. Se deslocarmos a ênfase para os aspectos artísticos nesse processo, não será diferente. Não podemos nos esquecer de que aquele não é um mercado especializado ou exclusivo de arte – a feira é bastante

ampla nesse sentido. Sendo local de compra, venda, troca, não é possível negligenciar a questão do consumo, obviamente, de uma perspectiva social e cultural, mesmo porque o consumo constitui uma das etapas da vida social das coisas⁶.

Contudo, aspectos ligados ao saber fazer – algo posteriormente constatado em um dos principais lugares de produção do artesanato de palha escoado para a Feira de São Joaquim, o que adentra um domínio com diversos atores, em contexto quilombola – apontam para a inclinação desse tipo de prática a um reconhecimento patrimonial. Embora não tenhamos coberto ciclos completos de vida dos artefatos de palha, o início e uma pesquisa posterior em Ilha de Maré⁷, um dos mais potentes pontos de origem do artesanato, permite-nos fazer tal alegação.

Pondo em foco transformações das mercadorias, constatações de que o consumo também se manifesta enquanto produção de grupos sociais, e de que estes teriam que ser examinados, cada qual, de maneira única (Miller, 1987), insurge a pergunta: qual grupo poderíamos detectar, entre os grupos sociais que fazem parte do circuito da palha, em relação direta com o consumo de artefatos de palha? Esta pesquisa está voltada ao artesanato de palha de Ilha de Maré, e busca compreender o que se sucede às etapas de produção (naquela ilha) e de circulação (na Feira de São Joaquim), ou seja, em que tipos de circunstâncias se encontram os artefatos para além da fase de circulação, na etapa de consumo, isso após realização de

6 Ao utilizar o termo “coisas”, não estamos perdendo de vista as distinções entre o que Ingold (2015) traz, conceitualmente, como tal, viva por estar em interação com outras agências no mundo; salientamos, no entanto, o sentido dado por Appadurai (2008), e por Gell (1998), ao lançar e desenvolver suas propostas direcionadas a uma teoria antropológica da arte, argumentando acerca do poder de agência dos objetos – o que compartilha, deste ângulo, com Latour, em sua sociologia do conhecimento. Isto, ainda que tenhamos conhecimento a respeito das críticas ao pensamento de Gell, por exemplo, colocadas por Morphy (2005), que insere no debate contrapontos que podem taxar como animista o pensamento daquele autor. Essas reflexões estão detalhadas em minha dissertação de mestrado, já mencionada anteriormente.

7 A proposta do meu projeto de doutorado foi seguir esse fluxo/essa linha de vida dos artefatos de palha, tomando como referência local a Ilha de Maré. O trabalho de campo foi iniciado em 2022. A ilha tem uma série de particularidades e, por outro lado, características que a aproximam de outros contextos quilombolas. Em seu caso, o território é dividido praticamente ao meio entre uma parte com comunidades autodeclaradas, e reconhecidas pela Fundação Palmares, como remanescentes de quilombos, e outra parte “não quilombola”.

pesquisa de campo, trabalho que, obviamente, envolve artesãos (naquele caso) quilombolas, que confeccionam artefatos utilizando a palha canabava, cultivada no local.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução Agatha Bacelar Niterói: EdUFF, 2008. p. 15-88.

GELL, Alfred. A rede de Vogel: obras de arte como armadilhas e armadilhas como obra de arte. *Revista do Programa de Pós-graduação em Artes em Artes Visuais*, Rio de Janeiro, p. 174-191, 2001.

GELL, Alfred. Definição do problema: a necessidade de uma antropologia da arte. In: GELL, Alfred. *Art and agency*. Oxford: Clarendon Press, 1998. p. 23-37.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia).

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44. jan./jun. 2012.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução Agatha Bacelar Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-124.

LAGROU, Els. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. *Proa: revista de antropologia e arte*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 1-26, 2010.

LATOUR, Bruno. *Reagragando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: Edufba, 2012.

MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.

MORPHY, Howard. Arte como um modo de ação: alguns problemas com Art and Agency de Gell. *Proa: revista de antropologia e arte*, Campinas, v. 3, 2005. Tradução de Guilherme Ramos Cardoso.

NOVAES, Luciana de Castro Nunes. *O Exu submerso: uma arqueologia da religião e da diáspora no Brasil*. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, Lucas Barreto de. *A vida dos artefatos: arte/artesanato de palha na feira de São Joaquim, Salvador-Bahia*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.